



## INTEGRAÇÃO E CONFLITOS NA FRONTEIRA BRASILEIRA, BOLÍVIA: BREVE RESUMO DAS CIDADES GÊMEAS DO ACRE

Esp. Maria da Conceição Marques de Souza<sup>1\*</sup>, Dr. Silvio Simione da Silva<sup>2</sup>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5738-0636>; <https://orcid.org/0000-0001-5348-9899>

<sup>1</sup>Mestranda do curso de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Acre.

<sup>2</sup>Professor Doutor pela Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP. Professor associado da Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH/UFAC. Programa de Pós-Graduação em Geografia

\* [marques.conceicao16@gmail.com](mailto:marques.conceicao16@gmail.com)

Recebido em: 29/09/2021. Aceito em: 22/11/2021. Publicado em: 22/12/2021

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.3.2-2>

### RESUMO

A região fronteira Brasil – Bolívia, composta pelos municípios de Brasileia, Epitaciolândia e Cobja, os quais são considerados cidades gêmeas (Tri-gêmeas), se formam por meio da conurbação, uma região híbrida composta por elementos nacionais e internacionais. O processo de formação da população desta região inclui diversos povos indígenas, os primeiros habitantes, depois os nordestinos, envolvidos em um contexto de conflito pelas terras do Acre, durante a exploração extrativista de látex no final do século XIX e início do Século XX. Com o exposto, este artigo tem como objetivo apresentar o processo histórico de formação dessas cidades, bem como, as relações que envolvem segurança, saúde, educação, comércio e interações culturais na região. A pesquisa baseou-se em levantamentos secundários sobre estudos já produzidos na área da fronteira brasileira e por meio de entrevistas telefônicas. O tema desta pesquisa foi definido a partir da disciplina “O Processo de Urbanização na Amazônia” ministrada no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre. Com isto pode apreender que a fronteira se caracteriza por ser um espaço de comunicação e intercâmbio entre diferentes domínios territoriais. É uma construção social que se materializa diariamente nas relações de convivência e nas trocas, em que as três cidades fronteiriças se complementam na dinâmica geral que movimento e produz seu espaço.

**Palavras-chave:** Fronteira; Cidades Gêmeas; Segurança; Educação; Pan-Amazônia.

### *INTEGRATION AND CONFLICTS ON THE BRAZILIAN BORDER, BOLIVIA: A BRIEF OVERVIEW OF ACRE'S TWIN CITIES*

### ABSTRACT

The Brazil-Bolivia border region, made up of the municipalities of Brasileia, Epitaciolandia and Cobja, which are considered twin cities (Trice-twins), is formed through the conurbation, a hybrid region composed by national and international elements. The process of population formation in this region includes several indigenous peoples, the first inhabitants, then the Northeasters, involved in a context of conflict for the lands of Acre, during the latex extractive exploration in the late 19th and early 20th century. With the above, this article aims to present the historical process of formation of these cities, as well as the relationships that involve security, health, education, trade, and cultural interactions in the region. The research was based on secondary surveys on studies already produced in the Brazilian border

area and through telephone interviews. The theme of this research was defined from the subject “The Process of Urbanization in the Amazon” taught in the Master's Degree in Geography at the Federal University of Acre. With this, you can understand that the border is characterized by being a space for communication and exchange between different territorial domains. It is a social construction that materializes daily in the relationships of coexistence and exchanges, in which the three border cities complement each other in the general dynamics that move and produce their space.

**Keywords:** Border; Twin Cities; Safety; Education; Pan-Amazon.

## ***INTEGRAÇÃO Y CONFLICTOS EN LA FRONTERA BRASILEÑA, BOLIVIA: BREVE RESUMEN DE LAS CIUDADES GEMELAS DE ACRE***

### **RESUMEN**

La región fronteriza Brasil-Bolivia, compuesta por los municipios de Brasiléia, Epitaciolândia y Cobija, que se consideran ciudades gemelas (Trillizos), está formada por medio de la conurbación, una región híbrida compuesta por elementos nacionales e internacionales. El proceso de formación de la población en esta región incluye a varios pueblos indígenas, los primeros habitantes, luego el “nordestino”, involucrados en un contexto de conflicto por las tierras de Acre, durante la exploración extractiva de látex a fines del siglo XIX y principios del XX. Con lo expuesto, este artículo tiene como objetivo presentar el proceso histórico de formación de estas ciudades, así como las relaciones que involucran seguridad, salud, educación, comercio e interacciones culturales en la región. La investigación se basó en encuestas secundarias sobre estudios ya producidos en la zona fronteriza brasileña y a través de entrevistas telefónicas. El tema de esta investigación se definió a partir de la asignatura “El proceso de urbanización en la Amazonía” impartida en la Maestría en Geografía de la Universidad Federal de Acre. Con esto, se puede entender que la frontera se caracteriza por ser un espacio de comunicación e intercambio entre diferentes dominios territoriales. Es una construcción social que se materializa cotidianamente en las relaciones de convivencia e intercambios, en la que las tres ciudades fronterizas se complementan en las dinámicas generales que se mueven y producen su espacio.

**Palabras clave:** Frontera; Ciudades gemelas; La seguridad; Educación; Pan-Amazonía.

### **1. INTRODUÇÃO**

Historicamente, as fronteiras têm sido objeto de preocupação constante dos Estados, com vistas, principalmente, ao controle de movimentos migratórios, de diferentes tráficos e vínculos. Também representa um importante campo de pesquisa social, econômica, cultural e política. Neste contexto a fronteira é um tema cada vez mais estudado por geógrafos, pesquisadores e cientistas sociais, dado a complexidade das relações internacionais, dos movimentos da população nessas regiões e como se relaciona com o próprio país e com os vizinhos.

A discussão sobre fronteiras ocorreu de forma mais intensa na primeira metade do século XX, principalmente nos períodos que antecederam e posteriormente às grandes guerras mundiais. Por algum tempo o assunto foi esquecido, só voltando a ser debatido novamente na década de 1990, quando foi cogitado o fim do Estado Moderno. A partir de então, a temática

das fronteiras tem despertado interesse entre a classe política e de acadêmicos (MACHADO, 2000).

Ao longo de aproximadamente dois séculos, os estados nacionais consideraram as expressões limites e fronteiras como sinônimos, a ponto de conceituá-las na literatura. Nesse sentido Machado (2005), falando sobre as diferenças, considera que os limites internacionais especificam, do ponto de vista formal, o perímetro máximo de controle efetivo exercido pelos governos centrais. Esses limites estabelecem um fator de separação entre as unidades territoriais. Os limites do Estado moderno têm caráter jurídico, fundamentado no conceito de soberania. Enquanto a fronteira é direcionada para o seu exterior, os limites estariam direcionados para o interior de sua área, de sua unidade político-territorial.

Ainda segundo Machado (2005), as forças externas da fronteira podem ser uma ameaça ao desenvolver interesses distintos ou uma fonte de integração entre regiões. Isso não ocorre com os limites que, por serem considerados apenas como um polígono de separação entre países não suscitam nenhum risco de interesse distinto para o governo central.

As cidades gêmeas, também chamadas de cidades irmãs, estão inseridas em faixas de fronteira e devido à sua posição, formam novos espaços semiestruturados com grandes fluxos migratórios, estando estas, direta ou indiretamente ligadas por rios ou por via terrestre. Esses locais inspiram preocupação quanto à segurança, proteção e soberania nacional, porém abre espaço para amplas possibilidades de cooperação e complementações funcionais.

De acordo com o Diagnóstico de Desenvolvimento das Cidades Gêmeas do Brasil, publicado em 2018, o Brasil faz limite com 10 (dez) países da América do Sul: Argentina, Paraguai, Uruguai, Guiana Francesa, Colômbia, Suriname, Guiana, Venezuela, Peru e Bolívia, compartilhando com esses países fronteiriços 32 (trinta e duas) cidades gêmeas, localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Acre, Roraima, Amapá, Rondônia e Amazonas (IDESF, 2018).

O Estado do Acre, localizado ao sudoeste da região norte do Brasil (Amazônia brasileira), possui seus 22 (vinte e dois) municípios na faixa de fronteira. Sendo que 17 (dezessete) fazem fronteiras com o Peru ou com a Bolívia. Deste total, 04 (quatro) são considerados cidades-gêmeas: Assis Brasil-BR, Iñapari-PE e Bolpebra-BOL; Brasília, Epitaciolândia-BR e Cobija-BOL, Santa Rosa do Purus-BR e Vila Palestina-PE (MDA, 2010).

Nesse contexto, este artigo pretende discutir os diferentes conceitos e concepções sobre limites e fronteiras. Apresentar um breve histórico do processo de formação das cidades-gêmeas

do Acre Brasiléia e Epitaciolândia- no Brasil e da cidade de Cobija na Bolívia, bem como caracterizar cada uma dessas cidades e a forma como se relacionam. Para isso o mesmo foi organizado em seções: Na Seção 2–Fronteiras e limites é descrito a conceituação e as diferenças dessas denominações. Na seção 3- As cidades gêmeas, apresentamos um breve histórico sobre o seu processo de formação, objeto de estudo desta pesquisa - Brasiléia e Epitaciolândia (Acre-Brasil) e Cobija (Pando-Bolívia). A seção 4 - apresenta a integração fronteiriça viabilizada pela implementação de políticas públicas. Na seção 5 - constam as considerações finais;

As cidades-gêmeas de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija, localizadas em regiões periféricas de seus países, apresentam fragilidades quanto a segurança, proteção ambiental, soberania nacional e as fragilidades sociais.

## 2. FRONTEIRAS E LIMITES

Globet (1934, apud STEIMAN, 2002) esclarece que a Terra nem sempre foi dividida por limites políticos precisos como é hoje. Este fato se generalizou apenas no século XIX, devido a pouca relevância que era dada a realização de negócios em escala internacional. A autora afirma que a principal razão para a definição exata dos limites entre territórios deve-se à necessidade de adequar as relações entre os Estados ao crescimento do comércio mundial. Outro motivo refere-se ao fato de que somente nesse período os Estados se organizaram e puderam garantir a definição de suas áreas de jurisdição.

A denominação fronteira provém das palavras no latim *frons* ou *frontis*, que significa:

Frente, frontaria. A partir desse significado e de estudos realizados por diversos geógrafos, pesquisadores, sociólogos e outros estudiosos do assunto, diversos conceitos foram formados. Segundo Machado (2000), a fronteira é vista como um instrumento de separação entre unidades políticas. O limite jurídico do território é uma abstração que, sendo reconhecida como definidora do espaço territorial, por se constituir como um instrumento de separação entre unidades políticas e soberanas, sendo também um lugar de trocas e de contínua comunicação.

Corroborando com essa ideia é de Steiman a afirmativa:

Há um consenso na literatura de que é com o advento do Estado Moderno que a fronteira, precisamente delimitada e demarcada, vai se tornar imprescindível, já que para se impor o Estado precisou, inicialmente, lançar as bases de sua soberania territorial. Essa visão, no entanto, parte já da concepção moderna de fronteira como limite dos estados nacionais (STEIMAN,2002, p. 8).

Para Morais *et al.* (2020), a fronteira assume diferentes concepções: delimitação jurídico-administrativa; fronteiras políticas quanto aos limites territoriais geográficos e fronteiras enquanto a expansão econômica e cultural. Neste sentido para os autores:

A fronteira é, portanto, concebida como o traço definidor de poderes territorialmente instituído, ou seja, das divisões político-administrativas entre Estados, mas, também, como zona de interação, como parte constitutiva da vida regional transfronteiriça, se apresenta uma porosidade de múltiplas relações e fluxos econômicos e de mobilidade humana (PAULA; MORAIS, 2010, apud MORAIS *et al.*, 2020, p. 1275).

A questão das fronteiras internacionais deixou de fazer parte do campo especificamente político e jurídico-administrativo para integrar a esfera cultural e econômica. Neste sentido, na opinião de Becker (1988), a fronteira contém os elementos fundamentais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que está inserida; mas é um espaço não plenamente constituído, dinâmico, onde as relações e práticas não são solidificadas, gerando assim novas realidades e alto potencial político.

Ainda há, por parte de alguns, o entendimento de que fronteiras e limites são sinônimos, porém, há uma distinção entre ambos. Ghetti (2006) lembra que enquanto a fronteira se apresenta como uma faixa habitável, estabelecendo assim uma área em que há expressivo intercâmbio de pessoas e produtos, existindo nas regiões mais populosas, intenso contrabando de mercadorias, algo semelhante não ocorre com o limite, uma vez que consiste em apenas uma linha fictícia, sem possibilidade de ser habitada. O limite cria uma barreira entre duas áreas que, apesar de terem estilos de vida semelhantes, são governadas por diferentes Estados que as administram e impõem leis diferentes de cada lado.

Cada país define a extensão de sua zona de fronteira. A Constituição brasileira de 1937 definiu sua faixa de fronteira em 150 quilômetros, sendo considerada uma das mais extensas do mundo. Peru e Bolívia garantem apenas 50 quilômetros, enquanto outros países da América do Sul não especificam largura ou não têm essa área garantida em sua constituição (STEIMAN, 2002).

Sobre as faixas de fronteiras, Haesbaert (1998) afirmam que estas são zonas especiais, cujos limites territoriais são ampliados para zonas de fronteiras, havendo nesses espaços, interações entre os países, mas também diferenças oriundas dos limites internacionais, cuja territorialidade evolui para cidades-gêmeas.

Sendo assim, fronteira e limites são conceitos interligados. Os limites sempre estão contidos na fronteira. Porém, o limite é uma linha, uma costura simbólica de onde termina o

domínio de um e começa o do outro; ao passo que a fronteira é zona de complementação, de circulação, por onde vidas que se colocam como diferentes se encontram, se relacionam e fazem aparecer um espaço produzido híbrido em que se completam na cotidianidade vivida. Nesta compreensão as cidades gêmeas, são expressões maiores desta cumplicidade no movimento que dinamiza o espaço vivido/produzido em zonas limítrofes.

### 3. AS CIDADES GÊMEAS: BREVE HISTÓRICO

Segundo o Ministério da Integração<sup>1</sup> (2014), o termo “cidades gêmeas” está associado às cidades fronteiriças separadas por linha seca ou rios, integradas ou não por obras de infraestrutura, que apresentam grande potencial de relação econômica e cultural. Esta definição se aplica a cidades com uma população de mais de 2.000 habitantes (IDESF, 2018).

Na percepção de Karla Coelho as “cidades gêmeas são espaços conurbados transfronteiriços que envolvem duas ou mais cidades. Formam por meio de um espaço conturbado uma região híbrida composta por elementos nacionais e internacionais, guardando para si características particulares” (COELHO, 2013, p.2).

A região onde se desenvolveu o Estado do Acre (Brasil) e o Departamento de Pando (Bolívia) teve no seu processo de formação a presença de diferentes povos indígenas, os primeiros habitantes. Posteriormente a região veio a ser ocupada por migrantes brasileiros, peruanos e bolivianos que passaram a expulsar e explorar as populações nativas (LUCENA et al. 2009). Para Moraes et al (2020), essa região da tríplice fronteira (Brasil, Peru e Bolívia) por séculos não despertou interesse dos países, era um território desconhecido e inexplorado, habitado por populações indígenas. Para eles o interesse por essa região foi despertado em virtude:

[...] da frente de expansão das gomas elásticas e o jogo de interesse dos padrões da goma, o movimento expansionista obrigou, no final do século XIX, os governos do Brasil, Bolívia e Peru a tomarem decisões para consolidar a soberania naqueles territórios, para assegurar suas fronteiras políticas e, assim, atender também aos interesses dos donos [...] dos seringais (MORAIS *et al.* 2020, p. 1270).

De acordo com Lucena *et al.* (2009), o processo de ocupação por povos não indígenas (brasileiros, bolivianos e peruanos) que chegaram ao vale do Rio Acre, onde fica a tríplice

---

<sup>1</sup>O referido ministério, no governo Bolsonaro (2019-2022), passou a integrar a Superintendência do Desenvolvimento Regional

fronteira é semelhante, ambos vieram para a região atraídos inicialmente, pela exploração das drogas do sertão e, posteriormente, pelo extrativismo da borracha. Neste sentido, a economia da borracha foi definidora na formação fronteiriça entre os países.

Ainda para Lucena et al. (2009), nesse primeiro processo de ocupação, os milhares de nordestinos que aqui chegaram, vieram expulsos pela seca ou atraídos pelo desejo de fazerem fortunas. Já para os bolivianos e peruanos, a ocupação ocorreu um pouco mais tardia, o motivo foi o conflito internacional com o Chile durante a chamada Guerra do Pacífico, ocorrida de 1879 a 1881. Logo, a população dessa fronteira se desenvolveu no contexto da extração do látex, denominado de “ouro verde”, que prevalecia na região. Assim foram sendo formados os seringais, em meados do sec. XIX e, com o passar dos tempos surgiram às primeiras aldeias e cidades. Assim, a maior parte da população que aqui chegava era originária da atual região nordeste do Brasil; e, sendo que apenas com a visão da ameaça territorial, a Bolívia se voltou para ocupar sua fronteira. Isto levou ao conflito (“revolução acreana” – para os brasileiros; “guerra do Acre” - para os bolivianos) que resultou na anexação do território do Acre pelo Brasil.

A conurbação formada pelas cidades fronteiriças Brasiléia (Acre-Brasil), Epitaciolândia (Acre-Brasil) e Cobija (Departamento de Pando-Bolívia) leva tais aglomerados urbanos à condição de cidades gêmeas (tri-gêmeas). O processo de formação dessas cidades será descrito nas seções 3.1, 3.2 e 3.3.

### **3.1. O processo de formação de Cobija**

A Bolívia está dividida em nove grandes departamentos. O Departamento de Pando foi criado por lei em 1938. Sua capital, Cobija, foi fundada em fevereiro de 1906 com o nome de “*Puerto Bahia*” e está localizado na margem direita do rio Acre (BOLÍVIA, 2012).

Desde 1874, os centros de extração de borracha foram implantados e os primeiros colonos se estabeleceram no seu entorno. O auge da borracha na região é caracterizado pelo conflito entre Bolívia, Brasil e Peru, motivado pela demarcação de suas fronteiras e com base nos interesses da exploração da borracha (PNUMA, 2008). Naquela época, as pessoas começaram a procurar áreas com maior capacidade de produção gomífera e os quartéis eram os centros de desenvolvimento desse produto, especialmente ao longo dos principais rios.

Entre 1895 e 1900, a borracha teve uma grande valorização e os conflitos entre Bolívia, Brasil e Peru também se intensificaram, levando a confrontos militares entre Brasil e Bolívia

pelas terras do Acre. Cobija se originou da propriedade de Nicolás Suárez Callaú, um empresário boliviano que, para expandir seu comércio, comprou o seringal Bahia, na margem do rio Acre e construiu um posto para comercialização da sua produção, passando a exportar para Europa e Estados Unidos (PNUMA, 2008).

No final do século XIX e no início do século XX, os seringueiros bolivianos se agruparam e fizeram da propriedade uma espécie de quartel de resistência às lutas que estavam travando com os brasileiros na disputa pelas terras do Acre. As disputas armadas entre o Brasil e a Bolívia se encerram com a assinatura do Tratado de Petrópolis no ano de 1903.

Três anos após a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 09 de fevereiro de 1906, por ordem do General José Manuel Pando, o Porto da Bahia foi instalado. Em 1908, em homenagem ao antigo porto boliviano confiscado pelo Chile durante a Guerra do Pacífico, o Puerto Bahía passou a se chamar Cobija (LARA, 2011).

Em 1910, devido à crise da borracha, a Casa Suárez diversificou a produção e passou a explorar a castanha. Naquela época, houve significativo êxodo de população rural para as cidades com seus hábitos e costumes; e então, sob regime de trabalho compulsório os residentes eram amplamente usados como mão de obra sem remuneração (PNUMA, 2008), pois pelo sistema de aviamento, esses trabalhadores sempre estavam com débitos para com o patrão, sendo forçado a trabalhar mais para quitar uma dívida que se renovava constantemente.

Em 1915, a cidade começou a exercer as suas primeiras funções administrativas, passando a ser capital da Província de Pando no ano de 1939. Naquela época, Cobija era a cidade mais organizada da região amazônica e contava com todos os serviços e instalações modernas: eletricidade, água potável em canos, fábricas de gelo, ruas bem definidas e calçadas de tijolos, hotéis de luxo, cassinos, jornais, cinemas etc. (PNUMA, 2008).

Em 1960, com a invenção da borracha sintética e a retirada do mercado de borracha elástica da Amazônia, Cobija caiu em uma crise econômica e social, essa crise se estendeu também as cidades brasileiras que tinham na produção da borracha a base de sua economia. Com isso, em 1983, com o estabelecimento da zona de livre comércio e sua condição de capital Departamental de Pando, trouxe uma nova vitalidade para Cobija. Sob a lógica da acumulação, capitalista, os agentes do comércio de importação começaram a importar bens de outras zonas de livre comércio e até de outros países (CARLO, 2013). Com isso, Cobija passou a ser vista como um local de oportunidade econômica para os bolivianos, atraindo imigrantes de diversos departamentos do país e áreas de fronteira que já mantinham relações comerciais. O

crescimento natural da população e essa migração fizeram de Cobija a cidade que mais cresce na Bolívia.

A partir de 1998, os brasileiros passaram a se beneficiar da Zona Franca de Cobija, abriram seus próprios negócios e aproveitaram os benefícios da legislação boliviana para abertura de filial, a exemplo da loja de material de construção Ronsy com matriz em Rio Branco, estando presente no município de Eptaciolândia e instalação também na Cobija; o mesmo ocorre com a loja Halley que vende equipamentos e outros produtos importados.

É interessante destacar que os principais frequentadores da Zona Franca de Cobija são brasileiros, principalmente os rio-branquenses e turistas vindos de outros estados. Com isso não só o comércio boliviano fica aquecido, como também há um maior movimento na rede hoteleira de Brasília e Eptaciolândia.

### **3.2. O processo de formação de Brasília e Eptaciolândia**

A sociedade acreana se originou do conflito entre grupos indígenas e imigrantes nordestinos. O processo de ocupação do atual território do Estado do Acre tem por base o processo migratório ocasionado pelos “ciclos da borracha” ocorrido no final do século XIX e início do século XX. Esse processo de ocupação está relacionado aos eventos iniciais da história do Acre, quando o seu território, que até então pertencia à Bolívia, é incorporado ao Brasil. A expansão da Companhia Brasileira de Borracha para o território boliviano foi o propulsor das disputas armadas e diplomáticas, que se encerram com o Tratado de Petrópolis (1903). Nos dois períodos áureos da borracha os nordestinos foram os responsáveis pelo processo de ocupação do território, sendo estes motivados pelos incentivos do governo federal e pela severa seca que historicamente atingia o Nordeste do Brasil, forçando sua população a migrar (ACRE, 2010).

A cidade de Brasília foi fundada pelo Dr. Luiz Barreto de Menezes, em 03 de julho de 1910, no seringal Carmen nas terras indígenas de Catianas e Maitenecas, como fruto das relações sociais dos seringalistas detentores da riqueza oriundas do extrativismo da borracha. A localidade se situa à margem esquerda do Rio Acre, em frente à cidade boliviana de Cobija, fundada quatro anos antes e onde residiam muitos brasileiros. Inicialmente, a cidade recebeu o nome de Brasília. Em 09 de maio de 1911, foi reconhecida como distrito. Em 21 de dezembro de 1938, através do Decreto-Lei Federal nº 968 foi desmembrado dos municípios de Xapuri e Sena Madureira e elevado à categoria de município (ACRE, 2007).

Enquanto unidade territorial, Brasiléia surgiu em decorrência de um desentendimento ocorrido entre o juiz do 3º Termo de Judiciário da Comarca de Xapuri e o arrendatário do seringal Nazaré, o Sr. João Pereira de Pinho. Este obrigou o juiz Fulgêncio de Paiva a se retirar do local:

Fulgêncio de Paiva, com o auxiliar conduziu às costas todo o material e o arquivo do juizado numa peregrinação de seringal em seringal sem o devido acolhimento. A peregrinação terminou em Cobija, na Bolívia, onde o juiz e o auxiliar ficaram em casa de brasileiros, residentes em Cobija, feridos em seus sentimentos decidiram-se a fazer alguma coisa em favor da justiça ambulante. Organizou-se então, uma comissão composta de Luís Barreto Correia de Meneses, Reinaldo Melo, José Cordeiro Barbosa e Fulgêncio de Paiva, para escolher e adquirir o local para a fundação de uma vila, onde se ergueria o prédio da Justiça. Cogitou-se do local onde hoje é Eptaciolândia, mas o proprietário Hermano Juarez, alcançou a Comissão de demanda judicial. Finalmente, outra área surgiu: uma pequena faixa de terra do seringal Carmem frente à cidade boliviana de Cobija (ACRE, 2007, p. 165).

Em 1943, pelo Decreto Lei 6.163/31/12/43, o Governo Federal mudaria nome da cidade de Brasília (inclusive, do município) para Brasiléia. Com isto procura-se evitar a confusão no sistema de comunicação dado a existência de outra cidade com nome semelhante em Minas Gerais, além de que conforme expresso pela Professora Gislene Salvatierra, moradora tradicional desta fronteira, o nome nova da cidade viria a dar mais significado às características regionais a que pertence – isto é, no termo “Brasiléia” unia os signos “Brasil” com “Hiléia”, representando as riquezas naturais da Amazônia (SILVA, 2003)

Em 28 de abril de 1992, Brasiléia desmembrou parte de seu território por meio da Lei Estadual nº 1.026 e do plebiscito que legitimou a criação do município de Eptaciolândia, ex Vila Eptácio (MDA, 2010). O primeiro ponto de ocupação do atual território de Eptaciolândia se deu em 1917, ainda no primeiro ciclo da borracha quando se formou o Seringal Quixadá. Grandes ondas de imigrantes nordestinos vieram principalmente do Ceará e se estabeleceram ali para a extração do látex (ACRE, 2009)

No segundo ciclo da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial (1945), vieram mais imigrantes. Outro momento importante da ocupação veio a partir de 1972, com a introdução dos projetos de colonização do INCRA, uma estratégia utilizada pelos governos militares para a ocupação da Amazônia.

Foi no período de 1972-1978, quando migrantes mato-grossenses, instalaram-se no antigo seringal Bela Flor, dedicando-se à atividade agrícola do arroz, feijão e à pecuária, que ocorreu o maior fluxo de ocupação. A política de incentivo à ocupação da Amazônia propagada

pelos governos militares a partir de 1970, também atraiu a vinda de fazendeiros para região, eles ocuparam terras de antigos seringais, o que resultou em diversos conflitos com seringueiros, índios e posseiros que já moravam e trabalhavam ali (ACRE, 2009).

O nome Eptaciolândia vem das palavras Eptácio em homenagem ao ex-presidente da República Eptácio Pessoa e Lândia, que se referem à grande expansão campestre. No início, era apenas uma pequena comunidade. Aos poucos, essa comunidade se desenvolveu em um pequeno vilarejo e tornou-se um bairro do município de Brasília (MDA, 2010).

Eptaciolândia passou para a categoria de Vila em 1958, passando a se chamar "Vila Eptácio Pessoa". Seu desenvolvimento social, político e econômico ocorreu de forma gradual. Foram criadas escolas e outras instituições como Subdelegacia, Subprefeitura, instalação da 4.<sup>a</sup> Companhia Especial de Fronteira, Fundação do Campo de Aviação, Posto de Fiscalização na Fronteira. Antes de ser classificado como cidade, era apenas um distrito de Brasília (ACRE, 2009).

A emancipação de Eptaciolândia ocorreu em 28 de abril de 1992 por meio da Lei nº 1.026 / 92. Cabe lembrar que parte do seu território foi desmembrado do município de Xapuri. A cidade de Eptácio é separada de Brasília pelo Rio Acre e de Cobija pelo Igarapé Bahia, sendo as mesmas ligadas pela Ponte Internacional da Amizade (Eptaciolândia/Cobija) e Ponte José Augusto de Araújo (Eptaciolândia/Brasília). Pela sua proximidade e expansão, são consideradas cidades conurbadas.

Em 1994, Brasília e Eptaciolândia começaram a ganhar benefícios fiscais a partir da implantação da Área de Livre Comércio – ALC, cujo principal benefício é a liberação para a importação de produtos livres de taxas, garantindo o dinamismo econômico para elas.

### **Relações Fronteiriças**

Cada lado da “fronteira apresenta estruturas culturais, sociais, econômicas, políticas e demográficas diferenciadas” (BECKER, 2006, p. 57), mas que se complementam nas inter-relações que se travam no convívio socio espacial estabelecido.

Na conurbação formada por Eptaciolândia, Brasília e Cobija, notou-se que a cidade boliviana apresenta maior desenvolvimento, portanto, tornou-se referência urbana para essas cidades tri-gêmeas fronteiriças. Apesar do maior desenvolvimento de Cobija, as três cidades ainda mantêm uma relação de cooperação, mas também existem conflitos que restringem o processo de integração da região. Nesse sentido, a seguir, serão tratadas as relações de

integração referentes à interculturalidade, saúde, educação, comercialização e relações conflitantes existentes.

#### i. Cultura

Para pensar o atual processo de interculturalidade de Brasiléia, Eptaciolândia e Cobija é necessário recorrer à historiografia dessas cidades. No caso de Cobija, as interações socioculturais são um reflexo tanto da ausência do Estado boliviano na região, tornando-a mais dependente do Brasil ao longo dos anos, quanto da difusão do português e de canais midiáticos brasileiros.

As pessoas costumam assistir novelas e programas brasileiros em Cobija. A falta de cobertura dos canais bolivianos na região até meados da década de 1980 facilitou a penetração da cultura brasileira, principalmente das novelas da Rede Globo e da música popular. Essa penetração da mídia influenciou a cognição da língua portuguesa do lado boliviano, o mesmo não aconteceu do lado brasileiro em relação ao uso do espanhol. A língua espanhola falada em Cobija contém muitos elementos da língua portuguesa, o que pode ser explicado pelas frequentes relações de negócios com turistas brasileiros e pela presença de bolivianos nas escolas de Brasiléia e Eptaciolândia, a exemplo de João Vasques<sup>1</sup> que estudou nos anos de 2015 a 2017 na Escola Kairala José Kairala em Brasiléia.

Em virtude da vida cultural e noturna pouco desenvolvida nas cidades de Brasiléia e Eptaciolândia, Cobija é um espaço alternativo para jovens e turistas devido às inúmeras opções de diversão oferecidas pelos bares e discotecas. Nesses locais o repertório musical é variado, com "reggaetons" e "pops" internacionais contemporâneos e ritmos musicais brasileiros como sertanejo universitário, arroxa e o "funk".

Apesar da intensa relação fronteiriça, existem diferenças culturais entre as duas cidades. Cobija é uma cidade conservadora, que preserva o civismo e se apega a tradições, costumes e o uso de trajes típicos, o mesmo não ocorre nas cidades brasileiras.

#### ii. Saúde

O município de Brasiléia é o centro de atendimento à saúde no Alto Acre e, em 2015, recebeu um hospital regional que atende a maioria das populações de Assis, Eptaciolândia e

---

<sup>1</sup>João Vasques, aluno do ensino médio, optou por estudar do lado brasileiro por trabalhar em um período em Brasiléia, o que facilitava sua ida à escola em outro período.

Xapuri. Como capital do departamento, Cobija também tem se destacado no setor da saúde nos últimos dez anos, graças às instalações modernas e mais bem estruturadas das várias clínicas privadas e do hospital de referência Roberto Galindo Terán, onde é comum encontrar estudantes brasileiros fazendo estágio médico. Não há hospital em Eptaciolândia, apenas postos de saúde.

O sistema de saúde boliviano não é totalmente gratuito, porém, sabe-se que um número significativo de brasileiros procura hospitais e clínicas em Cobija para consultas, exames e operações, o que se explica pelo baixo custo e rapidez do atendimento e pelo fácil acesso aos medicamentos sem receita. Isso demonstra claramente a situação mais precária do setor no lado brasileiro.

Apesar da precariedade na saúde brasileira, e dos preços cobrados na rede de saúde de Cobija não serem altos, muitos bolivianos de baixa renda optam por hospitais públicos no Brasil. Entre os atendimentos buscados com mais frequência na cidade de Brasileia destaca-se o serviço de parto. Segundo Oliveira<sup>1</sup> (2021), em 2020, por conta da pandemia do COVID-19, o hospital acolheu muitos bolivianos de Cobija, que ocupavam em média 04 (quatro) dos 12 (doze) leitos disponíveis para internação. Apesar de serem poucos os leitos, em caso de emergência, o hospital é obrigado a fazer o atendimento e acolhimento aos bolivianos. Cabe ressaltar que os partos de bolivianas no Brasil, também é uma forma que muitas famílias procuram para que os filhos nascidos nas cidades, neste caso de Eptaciolândia ou Brasileia, possam ter nacionalidade brasileira. Esta situação também pode acontecer com mulheres brasileiras que buscam as maternidades bolivianas com finalidades semelhantes.

Os serviços de saúde nas três cidades são complementares, todavia existe um entrave significativo na fronteira acreana que impede o deslocamento de ambulâncias bolivianas para o lado brasileiro. Segundo Ferraro Jr (2020), em entrevista, médicos bolivianos disseram que os pacientes brasileiros têm que ser transportados para Rio Branco em determinadas situações, contudo as autoridades regulatórias brasileiras restringem o acesso às ambulâncias e que apesar da existência de acordos com o estado do Acre, as autoridades aduaneiras só reconhecem convênios na esfera federal. Assim, o transporte é feito à noite, após o fechamento da aduana.

---

<sup>1</sup> Willian Oliveira - bioquímico e farmacêutico do Hospital Regional do Alto Acre – em entrevista concedida por meio de telefone em 18/01/2021.

### iii. Educação

A integração no componente educação das cidades gêmeas é muito desigual. Brasiléia e Ekitaciolândia podem ser consideradas centros de oferta da educação básica, com escolas nas áreas urbana e rural. Ele não se aplica ao ensino superior, o que se explica pela oferta deste serviço na cidade de Cobija. Nas cidades brasileiras, o Ensino Básico tem recebido poucos estudantes bolivianos. No entanto, do lado boliviano, Cobija, devido às suas grandes instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Amazônica de Pando (UAP) e a Universidade Técnica Privada Cosmos (UNITEPC), acolhe muitos brasileiros no ensino superior, em especial na área da saúde (medicina).

Do lado brasileiro a maior instituição de ensino superior em Brasiléia e Ekitaciolândia é a UNOPAR, uma instituição particular que funciona de forma presencial e em sistema de Educação à Distância (EaD). A Universidade Federal do Acre – UFAC, instituição pública, localizada em Brasiléia, possui apenas uma pequena instalação de duas salas. Segundo Silva (2016), não houve registro de alunos bolivianos ingressando nas universidades brasileiras em 2015. Por outro lado, em Cobija, muitos brasileiros de diferentes origens buscam o ensino superior. Em Brasiléia, 238 residentes estudavam no país vizinho, enquanto em Ekitaciolândia, o número era de 343 (BRASIL, 2010).

Segundo Andrade<sup>1</sup> (2021) atualmente, são mais de 1000 brasileiros que estudam nas universidades de medicina em Cobija, deste total em torno de 600 são de jovens do Alto Acre, principalmente de Brasiléia e de Ekitaciolândia. Os cursos mais procurados são da área de saúde: medicina, enfermagem e odontologia, sendo a medicina o curso mais buscado. De acordo com Silva (2016), no primeiro semestre de 2015, dos 5.853 alunos matriculados na Universidade Amazônica de Pando (UAP), 492 eram brasileiros, atualmente este número aumentou em mais de 100%.

### iv. Comercialização

O setor de comércio e serviços é o maior impulsionador da integração nas cidades gêmeas de fronteira, visto que brasileiros e bolivianos cruzam constantemente a fronteira para realizarem suas compras.

---

<sup>1</sup> Almir Andrade – repórter do Jornal e TV A Gazeta na Regional do Alto Acre – entrevista concedida por meio de telefone em 14 de janeiro de 2021.

O novo impulso socioeconômico na fronteira foi causado por diversos fatores, surgido nas décadas de 1980 e 1990, em decorrência, principalmente dos intensos fluxos de comércio, incentivados pela entrada de produtos chineses; pelas melhorias na infraestrutura, como a conclusão da estrada La Paz-Cobija; pela reaproximação ideológica entre governantes brasileiros e bolivianos desde 2000, manifestada em projetos multilaterais de integração sul-americana; pela construção da Ponte Wilson Pinheiro, inaugurada em 2004 sob a epígrafe de um “novo momento da história de integração dos países da América do Sul”; pela criação de uma Zona Franca em uma cidade boliviana e pela construção da estrada do Pacífico. Todos esses fatores contribuíram de diferentes formas para a intensificação das interações comerciais e para a retirada das fronteiras da situação de marginalidade.

É na comercialização que as relações de integração são mais fortes e apresentam certo grau de interdependência. Com o aumento das iterações comerciais as cidades brasileiras passaram a consumir produtos eletrônicos, eletrodomésticos, perfumes e roupas de marcas internacionais que chegam a Cobija sem impostos de importação adicionais, alavancando assim as vendas do comércio local. Por sua vez, os bolivianos compram alimentos nas cidades de Brasília e Epitaciolândia nos supermercados e nas feiras de produtores rurais (banana, mamão, mandioca, hortaliças, principalmente aves e suínos). Observa-se que devido às relações comerciais e ao grande fluxo de turistas nos estabelecimentos, há um grau significativo de aceitação das moedas de ambos os países.

Segundo Andrade (2021), com o fechamento das fronteiras devido à pandemia da COVID-19, o lado boliviano foi mais afetado pela dependência de alimentos e turistas brasileiros que compram produtos importados. As cidades de Epitaciolândia e Brasília viram suas vendas caírem, mas sofreram perdas menores na comercialização de seus produtos.

#### v. Conflitos

O estado do Acre tem 85,39% de seu território inserido na faixa de fronteira, o que torna imprescindível à segurança nacional e a anuência do Conselho de Segurança Nacional nas decisões sobre seu uso (UNODC, 2017). As cidades tri-gêmeas de Brasília, Cobija e Epitaciolândia estão inseridas nas fronteiras de seus países e localizadas em regiões periféricas que inspiram preocupações quanto a segurança, proteção e soberania nacional. Os conflitos das fronteiras nacionais estão mais relacionados a questões sociais e ambientais.

Em questões ambientais, é certo que o Brasil possui leis mais rígidas que a Bolívia. Essas leis visam garantir a preservação de seu ecossistema e recursos naturais. No entanto, devido à falta de fiscalização nas linhas de fronteira por parte dos órgãos brasileiros competentes, muitos eventos ilícitos ocorrem, sendo os mais frequentes: desmatamentos em áreas de preservação permanente, lançamento de mercúrio em rios, extração ilegal de madeira e de outros produtos florestais.

Em Cobija, a ausência de controle estatal efetivo, com instituições formais ativas, favoreceu o desenvolvimento de redes informais baseadas não na legitimidade política, mas no poder econômico: “a tradição de transgredir as leis é tão forte que se converteu em um “*habitus* fronteiriço”, ao qual os brasileiros denominam de “corrupção boliviana” (BRUSLÉ, 2012, p. 55).

A falta de clareza de suas leis para os estrangeiros (especialmente nos procedimentos de trânsito e migração) leva a prática de extorsão por parte de policiais locais e guardas de trânsito, bem como a violação dos direitos humanos. Para Andrade (2021) uma extorsão amplamente praticada e sofrida pelos pais de brasileiros que moram e estudam na Bolívia diz respeito ao chamado “visto de estudante”, um pagamento semestral obrigatório para os brasileiros continuarem estudando. Existem dois tipos de vistos: o visto fronteiriço (que não precisa residir em território boliviano para poder ter) e o visto do MERCOSUL onde é cobrado em torno de 1.000 bolivianos. Este visto é válido por dois anos e é cobrado de estudantes que moram em território boliviano.

Do lado brasileiro, a prática de extorsão contra bolivianos não é comum, porém, segundo Andrade (2021), a delinquência juvenil e a prática de furtos e assaltos são mais praticadas por brasileiros.

De acordo com o relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE) a Bolívia compartilha com o Brasil a maior extensão de fronteira terrestre. Por ser considerado o terceiro maior produtor mundial de cocaína, tem no Brasil um dos principais destinatários das drogas que vão para outros países e o principal mercado consumidor da cocaína boliviana (UNODC, 2017). Neste contexto as cidades fronteiriças brasileiras servem de porta de entrada para o narcotráfico e prática de outros ilícitos.

Para Gayoso (2013) as pontes de integração entre os municípios de Epitaciolândia, Brasília e Cobija, além da sua função integradora é utilizada também para práticas disfuncionais, como uso de drogas e assaltos principalmente no horário noturno. Associado a

este fato, a falta de segurança e policiamento geram a prática da biopirataria, o contrabando de mercadorias, exploração sexual e diferentes formas de violência.

#### **4. INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA**

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) através da Portaria nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020, instituiu o Programa Fronteira Integrada (PFI), como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. O Programa visa reduzir a desigualdade econômica e social em cidades localizadas na faixa de fronteira por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda, melhoria da infraestrutura urbana e qualidade de vida da população.

Com o Programa será dada prioridade às 32 cidades gêmeas reconhecidas pelo MDR nas áreas de fronteira Norte, Centro-Oeste e Sul, aos municípios classificados como polos nas regiões intermediárias priorizadas pelos Planos de Desenvolvimento Regional da Amazônia (PRDA) e Centro-Oeste (PRDCO) e localidades classificadas como de baixa renda pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (MDR, 2020).

A implementação do PFI será baseada em quatro linhas de ação: desenvolvimento produtivo, infraestrutura econômica e urbana, desenvolvimento social, acesso a serviços públicos essenciais e fortalecimento da capacidade governamental dos entes federados. Prevê-se que em 2021 seja lançado um edital sobre a implementação de projetos nestas áreas. Para o efeito, podem ser celebrados convênios, acordos de cooperação, ajustamentos ou outros instrumentos com entidades públicas e privadas, além de consórcios públicos (MDR, 2020).

Para apoiá-los, o Ministério do Desenvolvimento Regional concentra-se em quatro eixos prioritários para o seu trabalho com os NEF: a) fortalecimento institucional; b) desenvolvimento econômico integrado; c) cidadania; e d) marcos regulatórios. Além disso, o MDR incentiva e colabora para o fortalecimento institucional dos NEF, estimulando-os principalmente em ações relacionadas às áreas de educação, saúde, infraestrutura, segurança pública e mobilidade.

Essas atividades podem ser custeadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Constituição do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO); do Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Centro-Oeste (FDCO); e outras fontes nacionais e internacionais (MDR, 2020). Nisto reside possibilidades de aprofundamento da integração entre as três cidades, em especial, com ações que forja novas formas de cooperação entre setores públicos e empresas geradoras de empregos de ambos os lados da fronteira.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora vivamos na era da Globalização, em que as nações se aproximam e as distâncias são reduzidas, facilitando os deslocamentos e a comunicação entre países, ainda existem muitos muros que dividem os territórios nas fronteiras para impedir a entrada de estrangeiros. Historicamente, as fronteiras têm sido objeto de constante preocupação dos chefes de Estado devido a inexpressiva segurança nacional, a falta de controle sobre os fluxos de imigração e os vários tipos de tráfico.

A formação da fronteira Brasil-Bolívia foi marcada pela expulsão de povos indígenas e intensas disputas que culminaram em conflitos armados pelas terras que hoje pertence ao Acre. A disputa pela faixa de terra surgiu a partir da descoberta de uma floresta rica em seringueiras, que produz látex, conhecida como "ouro negro", que era o principal recurso da indústria pneumática. Logo essa fronteira se configurou no contexto da extração da borracha, motivada pelo processo de ocupação econômica da extração do látex que prevaleceu na região na virada dos séculos XIX para XX.

A história das origens das cidades de Cobija e Brasiléia está intimamente relacionada à extração da borracha, que se instalou às margens do rio Acre. Cobija foi fundada quatro anos antes de Brasiléia (1906), nas áreas de ex-seringais. Epitaciolândia foi fundada em 1992 como resultado do desmembramento do território de Brasiléia. Essas cidades fronteiriças, apesar de suas semelhanças e complementaridades, também são caracterizadas por desigualdades econômicas, sociais e culturais. O número de bolivianos nas escolas do Brasil é muito baixo, enquanto nas universidades bolivianas a matrícula de estudantes brasileiros é expressiva, principalmente nas áreas de medicina, odontologia e enfermagem. Em termos de saúde, a cidade boliviana de Cobija também cresceu muito, tornando-se um ponto de referência para muitos acreanos.

Embora Brasiléia seja referência de atendimento à saúde da população dos municípios de Xapuri, Epitaciolândia e Assis Brasil, graças à instalação do Hospital Regional do Alto Acre, o acolhimento aos bolivianos que buscam esse serviço público é pequeno em comparação ao número de brasileiros que procuram clínicas e hospitais em Cobija. Epitaciolândia não avançou nessa área e busca serviços em Brasiléia e na Bolívia.

É na área do comércio que as cidades têm maior integração e interação. Também nesta área ocorrem migrações pendulares motivadas pela oferta de emprego. Muitos jovens das cidades de Epitaciolândia e Brasiléia cruzam a fronteira todos os dias em direção ao trabalho,

principalmente no setor de comércio de Cobija. Por outro lado, bolivianos cruzam a fronteira transportando passageiros (taxis e moto taxis) e como vendedores ambulantes.

Quanto aos conflitos, às cidades gêmeas estão inseridas nas fronteiras dos seus países, em regiões periféricas que inspiram preocupação com a segurança, proteção e soberania nacional. Os dois países em questão, são muito divergentes em termos de leis, principalmente ambientais. O Brasil tem leis mais rígidas, enquanto o lado boliviano banaliza a aplicabilidade e cumprimento de leis que visam garantir a preservação do ecossistema e dos recursos naturais. Porém, o maior problema enfrentado na fronteira, está relacionado ao narcotráfico, ao contrabando e furto de veículos.

A região de fronteira das cidades tri-gêmeas, devido à sua proximidade facilita o fluxo do tráfico, servindo de rotas de trânsito para entrada e saída das drogas ilícitas. E apesar dos investimentos e ações do governo brasileiro na área de fronteira terem se intensificado nos últimos dez anos e a cooperação firmada entre os dois países, a repressão ao narcotráfico e prática de outros ilícitos ainda está longe de ser superada.

As desigualdades socioeconômicas entre os dois países se tornam mais visíveis nas cidades gêmeas. A cidade de Cobija, capital do Departamento de Pando, devido ao alto fluxo de consumidores brasileiros, impulsionou seu crescimento comercial, porém não avançou na prestação de serviços públicos e sua população busca do lado brasileiro a oferta dos serviços disponíveis, aumentando a demanda das cidades de Brasília e Epitaciolândia.

Diante do exposto, entende-se que há necessidade de estudos mais aprofundados para um maior conhecimento das interações e desigualdades nas cidades tri-gêmeas de Brasília-Cobija-Epitaciolândia, bem como a implementação do Programa Integrado de Fronteira (PFI), elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Isso se apresenta como uma possível solução para os problemas elencados, na medida em que institucionaliza os mecanismos e ferramentas necessários à consolidação da inserção social e econômica, valorização do potencial endógeno e desenvolvimento regional almejado.

O desenvolvimento regional é fator decisivo para o fortalecimento de políticas públicas voltadas para o empoderamento da população a partir de uma força de dentro para fora. A novidade dessa forma de política está na sua abordagem, pois visa promover o desenvolvimento econômico, prover infraestrutura logística adequada, promover melhorias sociais e de cidadania, fortalecer os atores e preservar as características locais.

A vista de tudo que foi exposto sobre as zonas de fronteira e considerando também às ações de contravenção fiscal e do narcotráfico, fica claro o papel de complementariedade e integração de políticas públicas que as cidades, situadas nestas localizações, desempenham. Portanto, não há como conceber qualquer medida eficiente, no que tange ao desenvolvimento regional e fronteiriço, se não considerarmos a completividade e integridade das ações realizadas nas cidades gêmeas.

## 6. REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - Sema. **Ordenamento Territorial Local do Município de Brasiléia**. Rio Branco, 2007.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - Sema. **Ordenamento Territorial Local do Município de Epitaciolândia**. Rio Branco, 2009.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000): **Documento Síntese**. 2 ed. Rio Branco: SEMA, 2010. 356 p.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 168 p.

BECKER, Bertha Koiffmann. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, Catharine. **Fronteiras**. Brasília: Editora da Unb, 1988. p. 60-89. Disponível em: [https://horizon.documentation.ird.fr/exldoc/pleins\\_textes/pleins\\_textes\\_7/b\\_fdi\\_03\\_01/37776.pdf](https://horizon.documentation.ird.fr/exldoc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37776.pdf). Acesso em: 21 jan. 2021.

BOLÍVIA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Censo de Población y Vivienda 2012**: características de población y vivienda. 2015. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/index.php/publicaciones/censo-de-poblacion-y-vivienda-2012-caracteristicas-de-la-poblacion/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9662-censo-demografico-2010>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: território do alto acre e capixaba. Brasília. 2010. 102 p. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio004.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio004.pdf). Acesso em: 21 jan. 2021.

BRUSLE, Laetitia Perrier. Frontera Bolivia con Brasil, nuevos esquemas fronterizos marco de integración continental y de la integración nacional: el ejemplo de Pando. **Revista Estudios Fronterizos**, La Paz, v. 1, n. 1, p. 47-67, 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/265080567\\_Frontera\\_Bolivia\\_con\\_Brazil\\_nuevos\\_esquemas\\_fronterizos\\_en\\_el\\_marco\\_de\\_la\\_integracion\\_continental\\_y\\_nacional\\_el\\_ejemplo\\_de\\_Pando](https://www.researchgate.net/publication/265080567_Frontera_Bolivia_con_Brazil_nuevos_esquemas_fronterizos_en_el_marco_de_la_integracion_continental_y_nacional_el_ejemplo_de_Pando). Acesso em: 21 jan. 2021.

CARLO, Carol. Grupos econômicos no comércio de importação: Cobija, migração e zona franca. **Tinkazos**, La Paz, v. 16, n. 33, pág. 47-66, junho. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S199074512013000100004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S199074512013000100004&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 21 jan. 2021.

COELHO, Karla Nunes de Barros. O planejamento urbano regional e a sua importância para as cidades de fronteira. In: XV ENANPUR, Recife, 2013, **Anais do XV ENANPUR** Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Recife, 2013, v. XV, p.1-12.

FERRARO JÚNIOR, Vicente Giaccagliani. Desigualdades e Relações Socioeconômicas nas Cidades-Gêmeas da Fronteira Brasil-Bolívia. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 117-135, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/341502677\\_Desigualdades\\_e\\_Relacoes\\_Socioeconomicas\\_nas\\_Cidades-Gemeas\\_da\\_Fronteira\\_Brasil-Bolivia\\_Inequalities\\_and\\_Socioeconomic\\_Relations\\_in\\_the\\_Twin\\_Cities\\_of\\_the\\_Brazilian-Bolivian\\_Border](https://www.researchgate.net/publication/341502677_Desigualdades_e_Relacoes_Socioeconomicas_nas_Cidades-Gemeas_da_Fronteira_Brasil-Bolivia_Inequalities_and_Socioeconomic_Relations_in_the_Twin_Cities_of_the_Brazilian-Bolivian_Border). Acesso em: 21 jan. 2021.

GAYOSO, Celso Francisco. **Espaços latino-americanos: comunicação, interculturalidade e cidades da fronteira Brasil-Bolívia**. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/819022.pdf> Acesso em: 18 fev. 2021.

GHETTI, Isabella Benini Lolli. Barreiras urbanas em cidades de fronteira: análise das cidades gêmeas Ponta Porã/ BR e Pedro Juan Caballero / Py (1). In: ENCONTROINTERNACIONAL DA ANPHLAC, 2006, Campinas. **Anais do VII Encontro da ANPHLAC**. Campinas: Anphlac, 2006. p. 1-14. Disponível em: <http://antigo.anphlac.org/vii encontro>. Acesso em: 21 jan. 2021.

HAESBAERT, Rogério. Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos do Mercosul. Porto Alegre, AGB-seção Porto Alegre: 1998.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FRONTEIRAS - IDESF. **Diagnóstico do Desenvolvimento das Cidades Gêmeas do Brasil**. Foz do Iguaçu. 2018 Disponível em: <https://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Diagn%C3%B3sticosdo-desenvolvimento-das-cidades-gemeas-do-Brasil-internet.pdf> Acesso em: 21 jan. 2021.

LARA, Carlos G. Zambrana. História Fotográfica do Porto de Cobija: 1908. **Fuentes**: Revista Biblioteca e Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa Plurinacional, La Paz, v. 5, n. 12, p. 5-13, 12 fev. 2011. Disponível em: [http://www.revistasbolivianas.org.bo/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S199744852011000100003&lng=es&nrm=iso](http://www.revistasbolivianas.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S199744852011000100003&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 21 jan. 2021.

LUCENA, Célia; BARBOSA, Cleto; FUNES, Eurípedes; VALCUENDE, José Maria; CARDIA, Laís; PANDO, Oscar Paredes; ARRUDA, Rinaldo. **História e Memória das Três Fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia**. São Paulo: Educ, 2009.

MACHADO, Lia Osorio. Estado, territorialidade, redes.: cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura. **Continente em chamas: globalização e território na América latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 246-284. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/382286121/MACHADO-LO-2005-Estado-TerritorialidadesRedes-Cidades-gemeas-Na-Fronteira-Sul-Americana>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MACHADO, Lia Osorio. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 7-23, 2000. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/323548220\\_Limites\\_e\\_fronteras\\_da\\_alta\\_diplomacia\\_aos\\_circuitos\\_da\\_ilegalidade](https://www.researchgate.net/publication/323548220_Limites_e_fronteras_da_alta_diplomacia_aos_circuitos_da_ilegalidade). Acesso em: 21 jan. 2021.

MORAIS, Maria de Jesus; ALVES, José; BONFANT, Dhuliani Cristina. Dinâmicas fronteiriças: o estado do acre como corredor da migração internacional. **Revista Ciência Geográfica: Dossiê Amazônia II**, [s. l], - Vol. XXIV- (3), p. 1269-1285, 24 nov. 2020. Anual. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV\\_3/agb\\_xxiv\\_3\\_web/agb\\_xxiv\\_3-completa.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-completa.pdf). Acesso em: 18 fev. 2021.

PAULA, Elder Andrade de; MORAIS, Maria de Jesus. Nos Labirintos das Fronteiras Amazônicas. In: VALENCIO, Norma; PAULA, Elder Andrade de; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Processos de territorialização e identidades sociais**. São Carlos: Rima, 2010. p. 41-60.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. **Perspectivas do Meio Ambiente Urbano: GEO Cobija**. La Paz: Herencia, 2008. 120 p. Disponível em: <https://www.herencia.org.bo/webdocs/publicaciones/geocobija.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SILVA, Silvio Simione da. **Na fronteira Agropecuária acreana**. Presidente Prudente: Gráfica Dipierri; Rio Branco: Lepaug/Degeo-UFAC, 2003.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. As redes e as interdependências assimétricas: a análise das relações Brasil e Bolívia através das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija. **Revista Formação: (Online)**, Presidente Prudente, v. 2, n. 23, p. 175-203, abr. 2016.

Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/3912/3349>. Acesso em: 21 jan. 2021.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/06/2002-geografia-das-cidades-de-fronteira-RST.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC (Brasil). Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes. **Informe de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes correspondiente a 2017**. 2018. Disponível em: [https://www.incb.org/documents/Publications/AnnualReports/AR2017/Annual\\_Report/S\\_2017\\_AR\\_e-book.pdf](https://www.incb.org/documents/Publications/AnnualReports/AR2017/Annual_Report/S_2017_AR_e-book.pdf). Acesso em: 18 fev. 2021.